

apresentou, para que incluamos na pauta da reunião do dia 12 de dezembro essa solicitação de voto de mais recursos para a execução do muro. Se já temos recursos do Fundo lá, é importante que zelamos mesmo por essa correta aplicação e construamos o muro o quanto antes. Se podemos incluir, meu pedido é esse: a inclusão para o dia 12 de dezembro, no Pleno do Conselho, de um aditamento de recursos para esse convênio. Sr. Gilmar - É um novo convênio. Não é nem suplementação. Sra. Luciana - E gostaria de saber também se temos disponíveis no site o Convênio nº 34/15 e o Convênio nº 27/13, se temos como ler esses convênios, se eles estão disponíveis no site. Sr. Gilmar - Temos sim. Sr. Rosalvo - Tenho uma pergunta porque estou achando um pouco estranho isso de a Executiva ter a prerrogativa de fazer aditamentos, independente dos valores e assim por diante. Sei que tem. Mas em minha opinião isso deveria ser no Conselho Pleno. Sr. Gilmar - É na Executiva, Rosalvo. Sr. Rosalvo - Tudo bem. A proposta da Conselheira Luciana é que a levemos ao Pleno, na próxima reunião. A Executiva estará presente. Sr. Gilmar - A Executiva está dentro do Pleno. Mas quem tem votos, no caso, seria a Executiva e não o Conselho Pleno. É esse o raciocínio. Sr. Rosalvo - Então, poderíamos, do ponto de vista legal, fazer uma convocação extraordinária da Executiva dentro da reunião do Pleno para poder decidir isso, se é prerrogativa da Executiva. Porque o Pleno não pode decidir uma coisa que é da Executiva. Do ponto de vista legal, é preciso fazer duas reuniões ali. E não conheço a obra, não conheço o orçamento total, quanto já se gastou, se é uma coisa que está ultrapassando os limites, mas confio na Verônica. Conheço a Verônica, sei do trabalho que ela faz e, em confiança, votaria e toparia colocar o meu peçoço junto na solidariedade no processo da associação. Então, me parece que um caminho razoável seria esse, se não há ilegalidade na convocação da Executiva para o dia 12 de dezembro, para uma reunião de cinco minutos, à parte, e faz-se constar em ata uma reunião em separado. Porque, e se colocar para o Plenário e o Plenário decidir e, depois, não é função dele discutir isso? Precisaríamos ver a questão legal disso. Sr. Gilmar - Mas, se for aprovado e formos por esse caminho, pedimos só o voto da Executiva que está dentro do Conselho Pleno. É muito tranquilo. Fernando, a Caixa não consegue fazer esse pagamento ou assumir essa responsabilidade para que depois façamos um ressarcimento ou algo do tipo, juridicamente dizendo? Sr. Fernando Cera - Teria que submeter também à matriz para solicitar, só que acontece o seguinte: como eu vou precisar fazer uma solicitação para que consigamos aportar recursos no total, se eu fizer só para o muro, isso é uma solicitação que tenho que fazer para o Conselho Gestor do Fundo de Garantia, aí vou perder a oportunidade. Porque aí vou fazer uma solicitação para o muro e não vou ter recursos para a diferença. Porque nossa ideia, foram aplicados em torno de R\$58 mil por unidade do FDS e vamos tentar submeter até chegar a R\$76 mil, dependendo de qual será o custo total do projeto. Esse muro, em relação ao que já foi aplicado pelo CMH, por exemplo, o CMH já aplicou em torno de R\$5 mil por unidade. Passaria a ser, no final, R\$7 mil por unidade, com esse aporte dessa diferença ou com esse novo voto. Seria o quanto teríamos de investimento do Conselho para esse muro. Então, acho que seria melhor trabalharmos com outra fonte de recursos, porque o volume de recursos que vou precisar para a conclusão da obra é bem significativo; não posso ainda definir quanto é porque está em análise. Agora, nesse caso especificamente, é uma situação emergencial para preservar o empreendimento. Sra. Juliana Marchi-Iriá justamente perguntar sobre essa opção, se a Caixa não poderia suplementar isso. Sr. Gilmar - Qual é o recurso que temos ainda no FMH? Sra. Cristina Pimenta - Para este ano, não temos recurso e também não há tempo hábil para ser executado. É um muro de R\$720 mil, mais ou menos, porque há um serviço ali também. E não dá para se executar este ano. Considerando que estamos falando em votação na próxima reunião, dia 8 vai estar proibida a emissão de novos, mesmo os essenciais, os emergenciais; a partir do dia 8, o sistema fecha de vez. Difícilmente, se executa este ano. Para o ano que vem, vamos ter que fazer aquela "escolha de Sofia" que sempre fazemos. O recurso sempre é escasso. Para o ano que vem, de proposta orçamentária, são R\$43 milhões para o FMH. Desse R\$43 milhões, R\$11 milhões serão para a meta de governo de Locação Social. Então, teríamos que trabalhar dentro do restante o que vamos deixar de fazer para priorizar. É questão de prioridade mesmo. Então, considerando que o sistema abre em fevereiro e está se falando de assinatura de novo convênio, mais ou menos, o convênio deve estar pronto lá para março porque vai para Brasília, volta, passa para o Jurídico, passa por isso, por aquilo. Então, estamos falando de se realizar isso entre abril e maio, começar a realização. Mas dá para fazer, até porque é prerrogativa dos senhores definir qual é a prioridade. É um orçamento de R\$43 milhões e quem define como ele será utilizado é o Conselho. A COHAB só executa o que for determinado. Sr. Gilmar - Ou seja, a senhora está dizendo, Cristina, que não temos recurso e, além de não termos recurso, é inexequível. Sra. Cristina Pimenta - Este ano. Sr. Gilmar - Este ano. Essa é a posição. Então, diante dessa informação, Verônica, não temos meios de conseguir recursos; nem a questão de conseguir recursos e nem a execução do mesmo, porque dia 8 tranca de vez. Ai temos que fazer uma opção para o próximo ano. Não vejo neste momento, Nilda, meios de conseguirmos isso. A não ser que se fosse trabalhar um crédito suplementar com a Secretaria da Fazenda, mas aí é outro detalhe, outro momento. Sr. Rosalvo - Qualquer alternativa demora. Sr. Gilmar - Qualquer alternativa demora hoje, em se tratando de recursos. Sra. Cristina Pimenta - Secretário, mesmo que se consiga essa aprovação da JOF, em caráter emergencial, não se executa isso em um mês. Sr. Gilmar - Porque há todo o tramite para liberação do recurso. Sra. Cristina Pimenta - Exato. Ai o que acontece? Suponhamos que pegamos lá R\$720 mil de suplementação no FMH para este ano. Chegou 31 de dezembro, não utilizo, esse recurso fica perdido. Então, para não perder o recurso, é melhor fazer no ano que vem. Sr. Gilmar - Verônica, não há outro meio? A senhora disse que ali até tiraram aquela proteção e tudo mais. Não há outra alternativa? Não temos outra condição, Fernando, de proteger, de guardar? A Conselheira Fabiana está colocando aprovar neste ano para executar no próximo ano. Sra. Fabiana - Porque a próxima reunião geral é só em março. Sra. Ana Maluf - Não. É em fevereiro. Sra. Fabiana - Mas, pelo cronograma que ela colocou, leva em média seis meses para efetivamente liberar o recurso. Então, estamos falando de três meses para frente. A minha pergunta é: é possível autorizar para o futuro? Sra. Cristina Pimenta - É possível sim. Só lembrando que esse orçamento vai ter atualização para o ano que vem. Então, já prevejam uma margem de atualização. Esse valor que foi orçado ali de R\$720 mil para o ano que vem vai sofrer atualização, porque é mensal essa tabela. Sr. Gilmar - A Ana Maluf está dando a sugestão de que façamos a votação agora. Fazemos a aprovação agora, porque acho que todo mundo está indo por esse caminho. Verônica, a Executiva aprovaria agora para que, igual a Conselheira Fabiana coloca, a hora que abrir o orçamento do próximo ano, já tenhamos condições de fazer a sua execução. Porque, se colocarmos na pauta de fevereiro, até aprovar, são seis meses. Sr. Rosalvo - Apesar de ter aqui o conselheiro da Caixa, representante da Caixa Econômica, ele apresentou o primeiro pedido de voto. E não estaria tranquilo se apenas a associação apresentasse esse segundo pedido de voto. Do jeito que está sendo, se a Caixa pede junto, me sinto mais tranquilo para votar. Se a associação pede e não temos aqui elementos para julgar isso e se aceita e vota, é preocupante. Se a Caixa faz junto, me sinto mais tranquilo para votar. Sr. Fernando Cera - Só para deixar claro, há um responsável técnico, a construtora e uma análise por parte do engenheiro civil e de um supervisor técnico com homologação da área negocial. Sra. Verônica - Rosalvo, estou nessa caminhada não é de hoje. São quarenta anos de vida e conheci tantas pessoas que hoje estão aqui, outras não estão mais. Graças a Deus, o São Francisco, como digo na associação, é o patinho feio da associação, porque toda hora estamos empurrando o São Francisco para lá, depois para cá, outra hora vai, outra hora vai para trás. E assim estamos. Amanhã, o Presidente da COHAB, o Edson Apare-

cido, vai estar às 16h30, no Jaboticabeira, que é um novo conjunto. Aquele projeto lá tem R\$96 mil do FDS, R\$20 mil do Estado, R\$20 mil do município. Graças a Deus, está um projeto lindo, maravilhoso. Amanhã, já vamos discutir, Fernando, uma inauguração que o Edson Aparecido está propondo, de levar o prefeito lá. Então, o senhor tem que alinhar as coisas com ele aí. Então, Rosalvo, infelizmente, nem tudo na nossa vida dá certo. Sr. Rosalvo - O que estou propondo é que a associação esteja respaldada pela Caixa, Verônica. Estou propondo mais proteção para a associação do que votarmos aqui só por um pedido da associação. Sra. Verônica - Rosalvo, a Caixa tem feito isso. Sr. Gilmar - Perfeito. O Rosalvo colocou muito bem. Na verdade, a Caixa está no polo também e ali há responsabilidade técnica. Então, tanto a associação quanto a Caixa. Acho que nisso comungamos da mesma ideia. Vamos colocar em votação, que seja assinado um novo convênio no valor de? Sr. Fernando Cera - O valor é a somatória dos R\$615.500,54, mais R\$95.813,35. É o custo total lá na linha final. Sr. Gilmar - No valor de R\$711.313,89. Vale ressaltar que toda essa documentação tem que ser enviada para a COHAB, para validarmos, Fernando. Sr. Fernando Cera - No máximo, entre hoje e amanhã está aqui. Sr. Rosalvo - O que entendi até agora é que não estamos tratando simplesmente de uma suplementação de verba. São obras que não estavam previstas. Sr. Gilmar - Rosalvo, é um novo convênio. Não é suplementar. Sr. Rosalvo - Perfeito. Sr. Gilmar - Os que concordam com esse novo convênio, no valor de R\$711.313,89, mantenham-se como estão. Aprovado. Agora, falta a Caixa mandar toda a documentação para que juridicamente trabalhemos internamente. Sr. Fernando Figueiredo - Boa tarde. Sou superintendente da COHAB, Social da COHAB. Só queria fazer uma sugestão tanto para a associação quanto para a Caixa. Os senhores mostraram no relatório que houve um custo muito alto com o processo de invasão do empreendimento. Não sei se isso já existe. Mas, se não existe, fazer um relatório de quanto isso onerou a obra, alegando lá que isso impactou significativamente e, portanto, a necessidade desse recurso de suplementação. Sr. Fernando Cera - Posso apresentar, Fernando. Só vou sugerir apresentar na reunião de fevereiro porque estou aguardando o término da análise da equipe técnica porque foi apresentado um novo orçamento pela construtora que foi contratada pela entidade e, até o fechamento dessa análise, até vermos os quantitativos e os valores, então, vou conseguir ter o valor exato de quanto eu tinha de recursos alocados, quanto vou precisar alocar agora de recursos e ver qual foi essa diferença, que é exatamente a correção mais a deterioração do empreendimento. E posso me comprometer a trazer isso na reunião de fevereiro. Para efeito só de demonstrativo e informativo. Sra. Verônica - Quero agradecer ao Gilmar, à Dona Ana, ao Fernando, por terem me ajudado, porque não é fácil juntar R\$17 mil para pagar segurança todo mês. É pauleira. Agradeço e digo aos senhores que é um presente de Natal que todos nos deram. Agradeço a Deus. Muito obrigada. Sr. Gilmar - Imagina, Verônica. Este Conselho tem compromisso. Os conselheiros estão de parabéns. Acho que fizemos o que deveríamos fazer. Muito bom! Item 3 da pauta. Solicitação de Voto CECMH N°12/2017 - Minuta de Resolução da Prestação de Contas do FMH referente ao 1º semestre de 2017. Nesse item da pauta será feita uma apresentação pela SEHAB e pela COHAB-SP sobre os principais aspectos da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Habitação operado pela COHAB-SP para que o relatório contendo o parecer técnico referente às contas do Fundo Municipal de Habitação, no período de 01/01/2017 a 30/06/2017 produzido pela SEHAB, esteja em condições de ser submetido à apreciação e deliberação dos Srs.(as) Conselheiros(as) da Comissão Executiva do CMH. Sra. Irene - Para que essas contas do FMH sejam apreciadas neste Colegiado, a SEHAB prepara um parecer técnico. Esse parecer é feito a cada seis meses e foi elaborado. Foi entregue uma cópia a todos os senhores. E a conclusão desse parecer foi pela regularidade das contas do FMH, referentes ao primeiro semestre de 2017. Para que os senhores façam o voto dessas contas, o pessoal da COHAB vai fazer a apresentação dos dados. Obrigada. O parecer está aqui para os senhores demonstrado. Os senhores podem acompanhar pelos relatórios. Sr. Sérgio - Sou da Diretoria Financeira. O Daniel, nosso gerente, está em outro reunião do Conselho Fiscal da Companhia e não vai poder comparecer. Então, estou aqui o representando, junto com a Cristina, de orçamento. Temos aqui o fluxo de caixa do Fundo Municipal do primeiro semestre, de janeiro a junho. Tivemos um saldo inicial do primeiro semestre de R\$44.749 milhões. De entradas, tivemos R\$12.639 milhões. Total de saídas, R\$13.413 milhões. Também temos bloqueios judiciais e documentais, que estamos resolvendo junto à Justiça e também documentação junto às áreas da companhia, seja comercial, seja área de regularização imobiliária, que perfazem R\$1.539 milhão. E tivemos um saldo final do primeiro semestre de R\$42.436 milhões. Lembrando que são todas as contas do Fundo Municipal e convênios também com o Fundo Municipal de Habitação. Aqui temos o consolidado do fluxo de caixa de janeiro a junho. Tivemos de recebimento de unidades comercializadas nesse período R\$962 mil. Também tivemos recebimento de unidades permissionadas, R\$424 mil. Amortizações extraordinárias e indenizações por sinistro, R\$2.009 milhões. Também tivemos recebimento de prestações das alienações, que significa do PSH, que é o saldo que ficou de programa de subsídio habitacional, e da carteira também do fundo 100%, R\$5.734 milhões. Também tivemos retenções e outras entradas, que são retenções de impostos, tributos de IR e ISS e INSS das obras que o Fundo Municipal está executando, que chegaram a R\$1.157 milhão. Fazemos a retenção e depois fazemos o recolhimento. Por fim, as receitas financeiras, as rentabilidades de todo esse dinheiro, que totalizou R\$2.352 milhões nesse semestre. Em um total de R\$12.639 milhões. Agora, vamos falar das saídas dos recursos. De obras e projetos vinculados das Fontes 02 e 08, Fonte Federal e Fonte do próprio Fundo Municipal, tivemos R\$5.774 milhões. No que compreendem essas saídas? Obras que foram realizadas durante o semestre, bem como nos conjuntos e empreendimentos do Locação Social que estão sendo feitas reformas. Também AVCB do Rio das Pedras. Também um empreendimento do Fundo. E pagamentos de auxílios, serviços de pessoas físicas ou Parceria Social, tivemos R\$1.8 mil, que na verdade é um beneficiário que entrou na Justiça e pagamos R\$300 por mês para ele. Totalizou R\$1.8 mil nesse semestre. Isso vai findar em março de 2018, se não me engano. Pagamentos de outros serviços, pessoas jurídicas, R\$1.501 milhão. O que significa essa rubrica? São pagas despesas judiciais, despesas jurídicas e também despesas com concessionárias, água e luz, principalmente do Locação Social. Porque há as contas do Locação que a saída é nessa rubrica. Temos a remuneração do agente operador, que é a COHAB por lei. Nesse semestre foram R\$777 mil. E também os descontos de pontualidade dos mutuários e permissionários. Dentro do programa existem descontos que totalizaram R\$58 mil. Os subsídios são também por lei, de R\$184 mil. Pagamento de vigilância, segurança, nos conjuntos habitacionais, R\$1.760 milhão. Se não me engano, são 51 empreendimentos que esse contrato comporta. E os tributos diversos são aquelas retenções que foram feitas e agora são feitos os pagamentos dos impostos, sendo INSS, ISS e IR, COFINS, Paspel, referentes à carteira imobiliária do Fundo, que totalizaram R\$2.534 milhões. Outras despesas bancárias, despesas com o banco, de manutenção das contas e das tarifas bancárias sobre a arrecadação, que totalizaram R\$820 mil. Não esquecendo que também essa rubrica tem o seguro habitacional das unidades, dos empreendimentos do Fundo. Agora vamos falar da arrecadação do FMH. Aqui temos o panorama de janeiro a junho da arrecadação das unidades e os empreendimentos do Fundo. Então, aqui, em janeiro, foram por volta de R\$1.174 milhão; fevereiro, R\$1.685 milhão; março, R\$1.679 milhão; abril, R\$1.051 milhão; maio, R\$2.114 milhões. O que chamou a atenção em maio foi aquela notinha ali, o aumento da arrecadação no mês de maio foi devida a assinaturas dos empreendimentos Imigrantes II, Uirapurú e Domingos Caramazal. E junho, R\$1.424 milhão. No total foram R\$9.129 milhões. Agora a Cristina Pimenta irá falar sobre o orçamento e acompanhamento das despesas do orçamento, que foram aprovadas as execuções e os saldos

que ficaram no semestre. Obrigada. Sra. Cristina Pimenta - Sou gerente de planejamento e controle financeiro da COHAB. No primeiro semestre de 2017, foram empenhados R\$29.787 milhões. Gostamos de colocar no quadro o orçamento que foi aprovado, na primeira coluna, e aquele que iniciamos o ano com ele, R\$35.379 milhões. O atualizado é fruto de suplementações ou reduções feitas no decorrer do exercício. O atualizado foi para R\$46.767 milhões. Esse aumento é fruto de uma suplementação que fizemos da COHAB para o FMH. Tínhamos um orçamento na COHAB sem expectativa de realização. E tínhamos demanda de obras no FMH. Os senhores se lembram, quando apresentamos aqui o orçamento de 2017, o quão infimo era o orçamento para obras. Conseguimos tirar do orçamento da COHAB R\$10 milhões e liberamos mais R\$2.8 milhões para o FMH, fruto da arrecadação da outorga onerosa, que é um recurso da prefeitura que, por lei, deve ser vinculada ao Fundo. Com base nessa arrecadação, conseguimos fazer essa suplementação. Essa coluna em vermelho é o valor congelado. São valores que não foram liberados no primeiro semestre. Eles estão aprovados mas não foram liberados ou porque não houve disponibilidade financeira suficiente ou porque não houve projetos para sustentar a necessidade de descongelamento. O valor disponível, que é o valor efetivamente liberado para uso, foi de R\$34.221.504 milhões. Esse valor, quando apresentarmos o segundo semestre, os senhores vão ver que ele pouco se altera até o final do ano. Então, empenhamos R\$29.787 milhões. Foram liquidados R\$3.946 milhões. A liquidação é no momento em que a empreiteira apresenta a medição, ou a medida em que as despesas vão ocorrendo e estão prontas para pagamento. O valor pago foi de R\$3.939 milhões. Então, como eu havia comentado, o destaque dos valores empenhados está na linha de obras e instalações e na linha de serviços de terceiros, porque antes de uma obra temos que fazer o projeto, temos que fazer todo um levantamento. Então, eles caminham mais ou menos juntos. Esses R\$14.200 milhões de obras e instalações, foram contratos que foram firmados em maio, para obtenção de AVCB, do João XXIII, Jardim das Orquídeas, Conjunto Habitacional Apanuã, Parque Europa II, e uma grande vitória foi a finalização do Casarão do Carmo, que vamos entregar esse ano e que finalmente descongelou. Na linha de obras e instalações, começamos o ano com R\$2.5 milhões. Fizemos um aporte de R\$14.300 milhões. E empenhamos R\$14.237 milhões. Foi dentro desses R\$14.237 milhões que conseguimos a contratação dessas grandes obras, no mês de maio, que fizemos para poder fazer regularização de AVCB e finalizar as obras do Casarão do Carmo. A caminho daqui eu havia encontrado com o superintendente de obras e perguntei porque estava faltando só uma ligação de energia elétrica e precisava pagar uma taxa para a Eletropaulo. Ele disse que já está resolvido e que a Eletropaulo já está fazendo e, graças a Deus, finalmente, vamos entregar o Casarão do Carmo. Como expliquei o caso do Lajeado, no primeiro semestre, há muito pouca medição porque, primeiro, o orçamento demora para abrir. Ele nasce congelado. Todo orçamento de investimento que seja para obras, para serviços técnicos, para mutirão, para aporte, nasce congelado. E há todo um tramite dentro da Secretaria da Fazenda para descongelar recursos. E isso demora. E ficamos, mais ou menos, entre fevereiro e março, só brigando e justificando liberação de orçamento. Em abril que se começa a ter orçamento liberado e corremos atrás. O primeiro semestre, ele é quase que perdido, quando se trabalha com investimento. Sra. Luciana - Obrigada, Cristina e Sérgio, pela apresentação. A senhora está falando dessas obras, da rubrica de obras, e lembro que aprovamos esse programa de obras no ano passado - acho que na reunião de dezembro, faz um ano - e foi interessante porque vimos nas rubricas as linhas por obra e por ações. Aprovamos assim. Essa forma de aprovação nos ajudou muito a discutir justamente essas prioridades, aquela que a senhora comentava. Claro que estou entendendo e o orçamento tem total condição de as contas serem aprovadas, mas seria muito importante para os conselheiros que tivéssemos isso detalhado por empreendimento, para que pudéssemos fazer essa priorização quando necessário. Com essa agregação que os senhores estão apresentando, ficamos um pouco sem saber exatamente para onde está indo. A senhora havia dito e até pedi para repetir. Então, AVCB do Casarão do Carmo. Quando eu era estudante, falava-se do Casarão. Parabéns! Que bom que conseguimos colocar isso. E as outras, quais eram? Sra. Cristina Pimenta - AVCB do João XXIII, Jardim das Orquídeas, Conjunto Habitacional Apanuã, Parque Europa II. O Casarão do Carmo foi a finalização da obra. Sra. Luciana - Porque seria importante ter acesso ao que aprovamos, como está esse andamento, o percentual de execução dessas obras. Isso é importante para que tenhamos segurança na aprovação. A outra coisa que queria que a senhora me ajudasse a entender, no parecer da SEHAB, na página 4, há um quadro do orçamento do Fundo que se apresentava da seguinte forma: dotação, orçamento aprovado, suplementações, anulações, orçamento atualizado, valor congelado, valor disponível, empenhado e tal. O valor empenhado, obviamente, bate, que são os R\$29.787 milhões, que está na terceira coluna, do final para o começo das colunas. Mas não entendi, na apresentação dos senhores, na parte da saída de recursos, o total de saída foi de R\$13.413 milhões. Só que o valor liquidado no parecer de SEHAB e no seu também é R\$3.9 milhões. Esses gastos são os liquidados, são os empenhados? Eles são gastos com recursos de despesas de orçamentos anteriores? Não consegui entender onde estão esses R\$13 milhões nesse quadro da SEHAB. Sra. Cristina Pimenta - O quadro da SEHAB trata de orçamento, da execução orçamentária. Sra. Luciana - Mas ele tem os valores liquidados também. Sra. Cristina Pimenta - Isso. Mas, quando chamamos de liquidado, é o liquidado do ponto de vista orçamentário. Quando se fala de saída, do fluxo de caixa, fala-se de saída de recurso financeiro. Então, é tudo que paguei este ano. Paguei coisas do ano passado que ficaram para pagar este ano. Há algumas coisas que não passam pela execução orçamentária, que é dinheiro de terceiros que fica sob a guarda do FMH, por exemplo, condomínio e taxa de manutenção do Programa de Locação Social. Então, esses R\$13 milhões de saída estão composto, além dos pagamentos do ano, pagamentos do ano anterior e pagamentos que não passaram pela execução do orçamento. Então, para abrir essa informação, a gerência financeira precisaria separar esses pagamentos em orçamentário, extraorçamentário, o que foi do ano passado que pagou este ano, para poder ficar mais claro. Sra. Luciana - Acho que seria importante para podermos ter essa clareza. Porque cada vez mais vamos precisar de recursos, estamos finalizando vários empreendimentos. Seria importante isso. Muito obrigada. As dúvidas eram essas e queria solicitar, por gentileza, se pudéssemos ter a prestação de contas por empreendimento, tal como aprovamos. Sra. Cristina Pimenta - Essa prestação de contas é feita com base no fechamento da SEHAB, com base no relatório. Ela tem um custo bem financeiro e contábil. Sra. Luciana - Então, mas percebe que estamos aqui para aprovar, mas aprovar em relação àquilo que aprovamos anteriormente? Sra. Cristina Pimenta - Por obra, vai precisar complementar, Juliana, na apresentação que a Diretoria Técnica faz quando ela apresenta o plano de ação e ela apresenta aos senhores - se não me engano, eles apresentam no meio deste ano daquilo que foi aprovado no início e o que já estava feito. Porque eles trazem foto das obras, andamento, percentual de execução. Mas podemos incrementar sim. Sra. Luciana - Mas é aquilo que a Ana Maria e o Rosalvo haviam dito: nós respondemos no Conselho. Então, é importante que façamos essa ligação do que aprovamos, de como está o fluxo de caixa, de qual obra é, do que está acontecendo, para que esse esforço valha a pena e para que não estamos aqui simplesmente... O trabalho dos senhores é valeroso, importante. A questão não é essa. A questão é ajudar os conselheiros justamente a fazer do Conselho esse lugar em que nós, de fato, tenhamos um poder de decisão e possamos ajudá-los. Sra. Cristina Pimenta - Está correto. Sr. Rosalvo - Vou um pouco na linha da conselheira porque aqui a maioria dos conselheiros não têm prática com o dia a dia da execução de orçamentos. Até as palavras são desconhecidas. Vi all que houve o empenho de R\$39 milhões e, no final do semestre, tinha parece-me que executados

ou pagos R\$3 milhões, alguma coisa assim. Estou aqui imaginando o que o restante disso está sendo executado no segundo semestre. E ficamos bastante no escuro para decidir, para aprovar, e para assinar embora porque todos respondemos depois, inclusive, penalmente, sobre essas coisas. Acho que são importantes esses esclarecimentos e a ajuda, como uma lanterna, que os técnicos dão para o grupo de conselheiros leigos em orçamentos e tal. Só queria fazer essa pergunta, se de fato entendi direito sobre o empenho e a execução no primeiro semestre, e em que momento discutimos o segundo semestre, para ver o restante da execução do que foi empenhado aí. Sra. Cristina Pimenta - É isso mesmo. Foi o comentário que eu fiz. Como assinamos os grandes contratos em maio, foi em meados de maio que os contratos foram assinados, aí até que se dê à ordem de início, que começa a obra, nós, praticamente, executamos três a quatro meses por ano. É sempre no segundo semestre. O segundo semestre está bem mais pesado em questão de execução. A título de exemplo, fazemos um acompanhamento diário do orçamento. Até a data de ontem, havíamos liquidado R\$22.181.667 milhões. Sra. Verônica - Acho que não temos tanta dificuldade de entender orçamento porque estamos de cabelo branco e já aprendemos. O primeiro conselho que participei, quando peguei um troço desse aqui nas mãos, pensei: que diabo é isso, para onde vou com isso? Mas, daí, ao longo do tempo, vamos aprendendo. É um dinheiro do Fundo Municipal, é um dinheiro público. Acho que seria interessante se a COHAB tivesse condições de elencar quanto gastou em tal obra. Lembro-me que na reunião da Executiva, que participamos, votamos quatro milhões e pouco para o Nossa Senhora da Aparecida. E quando vamos falando os nomes dos projetos vamos lembrando. E não desmerecendo o trabalho dos técnicos. Sabemos do empenho de cada um. Mas até para podermos ter na ata isso, um documento que mostremos para o pessoal. Porque, às vezes, as pessoas falam assim: "Para que serve o Conselho?". Eles acham que estamos aqui para tomar água e cafézinho! Mas, quebramos a cabeça. Então, seria legal, para termos alguma coisa, enquanto conselheiros, levar para as entidades, mostrar para as pessoas, dizer: "Olha, se o seu mutirão está sendo legalizado, não é porque alguém bateu na sua porta e disse que seu mutirão está irregular, mas porque discutimos no Conselho; acertamos como foi e como não foi". Então, acho que isso seria bem interessante. Para o Conselho adotar essa questão - e acho que a Dona Ana está entendendo o que estou dizendo - é muito bom para nós. Não só para nós, mas também para o município. Na hora em que o Ministério Público perguntar: "O que os senhores fizeram com o dinheiro do FMH? - Está aqui?". Acabou! Sr. Gilmar - Mais transparência, mais informação. É isso aí. Vamos caminhar cada vez mais. São importantes essas informações, essas contribuições que os senhores e as senhoras dão para melhorarmos nosso trabalho. Sra. Verônica - Aqui, para mim, não tenho nenhuma dúvida dos números. Só que achamos que devemos ter isso mais claro, se gastou em obras, se gastou em outras coisas, e fechar. Sr. Gilmar - Tudo certo. Então, vamos colocar em votação. Aqueles que concordam com a apresentação que a COHAB e SEHAB fizeram, sobre a prestação de contas do Fundo Municipal de Habitação, operado pela COHAB, no primeiro semestre, de 01.01.2017 a 30.06.2017, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ler a resolução que iremos publicar. Resolução CMH nº 94, de 28 de novembro de 2017. "Aprova as prestações de contas dos recursos do Fundo Municipal de Habitação, FMH, relativas ao período de 01.01.2017 a 30.06.2017. (Voto CECMH nº 12/2017) O Conselho Municipal de Habitação, CMH, na forma do art. 5º, Item IX, e do art. 6º, Item VII, da Lei nº 11.632, de 22 de junho de 1994, e, considerando que o relatório apresentado pela Supervisão de Execução Financeira e Orçamentária da SEHAB, cujo resumo do demonstrativo financeiro, referente ao período de 01.01.2017 a 30.06.2017, em anexo, não apresentou fato que obstasse a aprovação das contas aprovadas pela COHAB, resolve: I - aprovar as prestações de contas correspondentes ao período de 01.01.2017 a 30.06.2017; II - essa resolução entra em vigor na data de sua publicação". Constará do Diário Oficial. Assinada pelo Secretário Fernando Chucre, Secretário Municipal de Habitação e Presidente do Conselho Municipal de Habitação. Está aprovada. Sra. Fabiana - Só uma observação em relação à prestação de contas, sobre a questão da inadimplência, que de um ou de outro está muito alta. Então, está sendo feito algo em relação a isso? Porque todo ano escutamos que estão sendo feitos mutirões para arrecadação. Minha pergunta é se estão sendo feitos novamente esses mutirões para regularizar. Sr. Gilmar - Alguém da COHAB tem essa informação? É importante. Hoje mesmo eu estava na Prefeitura Regional da Penha, Fabiana, e algumas pessoas estavam com essas indagações também, pela inadimplência que infelizmente está acontecendo. É histórico já. Sra. Cristina Pimenta - Temos feito mutirões. Têm sido feitos aqueles eventos que são feitos nos empreendimentos. Inadimplência é uma coisa complicada de se trabalhar. Tanto no FMH quanto na COHAB, temos muita dificuldade com isso. O Locação Social também tem uma inadimplência muito alta. Estamos com um grupo técnico, a COHAB e a SEHAB em um grupo técnico para duas coisas: trabalho para redução da inadimplência e a questão de rever o programa em si, porque estamos com a previsão de aumentar o sítio de Locação Social; é meta de governo nesse PPA. Então, precisamos remodelar, precisamos tratar a inadimplência. Tem sido feito. É um trabalho que traz resultado a longo prazo, mas continuamos trabalhando nisso. Temos feito, sim, os mutirões. Sr. Gilmar - Depois é importante apresentarmos tudo isso, para haver essa clareza. E temos que trabalhar cada vez mais mesmo para evitar essa inadimplência. Se não temos caixa, não conseguimos construir, não é, Rosalvo? Sr. Rosalvo - Só queria fazer um registro. Por estar aqui, do lado de cá, do lado dos movimentos populares, sociais, acho que é importante partir de nós esse registro. Não somos favoráveis ao paternalismo, onde ouvimos falar que o Aluguel Social está profundamente inadimplente. Acho que isso precisa ser tomado com carinho e observar bem a responsabilidade com a coisa pública. Isso aqui não é uma ação entre amigos onde minha turma, depois que entra, fica lá. Precisa ser cobrada a responsabilidade do inquilino, da associação e cumprir os prazos aí. E a inadimplência também do mutuário que precisa cumprir com sua parte para que o programa consiga andar, para que as propostas de habitação avancem. Sra. Verônica - Quero fazer uma proposta para o pessoal da COHAB porque da época dos mutirões, que também fiz minha casa em mutirão, em 1985, então, vimos brigando toda vez para regularizar, para pagar. Mas, como está tendo a lei, que deve ser votada, e não sei quantas leis há na câmara, do Locação Social, talvez não fossem todas as famílias, Rosalvo, talvez as famílias que estão no mutirão hoje, se são idosos, que são pessoas deficientes, pudessem entrar no Locação Social. Talvez isso acabaria eliminando um grande número de pessoas que não conseguem pagar mais. Mas acho que isso é uma coisa que a COHAB tem, nesses conjuntos, apresentar para nós e discutir. Acredito que, se for votada uma das leis, vai ajudar bastante, porque uma lei não é para um grupo, Rosalvo? É para a cidade. Acredito que os mutirões, como são muito antigos, têm todo esse problema. Essa é a recomendação que quero deixar. Obrigada. Sr. Gilmar - O último item não está na pauta, na verdade. Mas a Conselheira Fabiana, na última reunião, entramos em um debate aqui a respeito de pautas para as próximas reuniões. Então, levantamos o que está pendente na Secretaria Executiva do Conselho, Fabiana, e vamos mostrar agora. Isso será pauta no Conselho Pleno. Mas os senhores e as senhoras têm aí tudo o que está pendente na Secretaria Executiva. O primeiro item. Apresentação aos conselheiros do estágio atual dos programas habitacionais, obras, regularização fundiária, etc., em números (previsto/executado) e o que está previsto para 2018. Isso foi uma demanda da Conselheira Fabiana. Ai temos o Item 2. Solicitação de criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar o conflito do imóvel da Rua São João, 588, recomendar sua desapropriação e a inclusão do mesmo no plano de investimentos do FUNDURB, que foi da Conselheira Antônia Lindinalva e da Conselheira Eliete Calisto da Cruz. Temos vários. Pedido de resolução para que o empreendimento do chamamento Minha Casa Minha Vida - Entidades, licitado pela COHAB-SP, para atender faixa 1